



## **CÂMARA MUNICIPAL DE CARREGAL DO SAL**

### **CADERNO DE ENCARGOS**

**AJUSTE DIRETO**

**AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA CIVIL**

## **AJUSTE DIRETO**

### **AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA CIVIL**

#### **PARTE I**

#### **CAPÍTULO I**

##### **Disposições gerais**

Cláusula 1.<sup>a</sup> - Objeto)

Cláusula 2.<sup>a</sup> - (Preço base)

Cláusula 3.<sup>a</sup> - (Contrato)

Cláusula 4.<sup>a</sup> - (Prazo)

#### **CAPÍTULO II**

##### **Obrigações contratuais**

##### **Secção I**

##### **Obrigações do prestador de serviços**

##### **Subsecção I**

##### **Disposições gerais**

Cláusula 5.<sup>a</sup> - (Obrigações principais do prestador de serviços)

Cláusula 6.<sup>a</sup> - (Prestação de serviços)

Cláusula 7.<sup>a</sup> - (Conformidade e operacionalidade dos serviços)

Cláusula 8.<sup>a</sup> - (Local da prestação dos serviços do contrato)

Cláusula 9.<sup>a</sup> - (Forma de prestação dos serviços do contrato)

Cláusula 10.<sup>a</sup> - (Prazo de prestação de serviços)

Cláusula 11.<sup>a</sup> - (Garantia técnica)

Cláusula 12.<sup>a</sup> - (Garantia de continuidade da prestação de serviços)

##### **Subsecção II**

##### **Serviços**

Cláusula 13.<sup>a</sup> - (Serviços de Assessoria)

Cláusula 14.<sup>a</sup> - (Objeto do Dever de Sigilo)

##### **Subsecção III**

##### **Dever de sigilo**

Cláusula 14.<sup>a</sup> - (Objeto do Dever de Sigilo)

Cláusula 15.<sup>a</sup> - (Prazo do dever de sigilo)

##### **Secção II**

##### **Obrigações da Câmara Municipal de Carregal do Sal**

Cláusula 16.<sup>a</sup> - (Gestão do Contrato)

Cláusula 17.<sup>a</sup> - (Preço contratual)

Cláusula 18.<sup>a</sup> - (Condições de pagamento)

### **CAPÍTULO III**

#### **Penalidades contratuais e resolução**

Cláusula 19.<sup>a</sup> - (Penalidades contratuais)

Cláusula 20.<sup>a</sup> - (Força maior)

Cláusula 21.<sup>a</sup> - (Resolução por parte do contraente público)

Cláusula 22.<sup>a</sup> - (Resolução por parte do prestador de serviços)

### **CAPÍTULO IV**

#### **Caução e Seguros**

Cláusula 23.<sup>a</sup> - (Caução)

Cláusula 24.<sup>a</sup> - (Seguros)

### **CAPÍTULO V**

#### **Resolução de litígios**

Cláusula 25.<sup>a</sup> - (Foro competente)

### **CAPÍTULO VI**

#### **Disposições finais**

Cláusula 26.<sup>a</sup> - (Subcontratação e cessão da posição contratual)

Cláusula 27.<sup>a</sup> - (Comunicações e notificações)

Cláusula 28.<sup>a</sup> - (Contagem dos prazos)

Cláusula 29.<sup>a</sup> - (Regime contraordenacional)

Cláusula 30.<sup>a</sup> - (Prevalência)

Cláusula 31.<sup>a</sup> - (Legislação aplicável)

### **PARTE II**

#### **Especificações técnicas**

Cláusula 32.<sup>a</sup> - (Mapa de quantidades)

**AJUSTE DIRETO**  
**AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA CIVIL**

**PARTE I**

**Cláusulas Jurídicas**

**CAPÍTULO I**

**Disposições gerais**

**Cláusula 1.<sup>a</sup>**

**Objeto**

1 – O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto principal a aquisição de serviços de Engenharia Civil.

2 – As condições da prestação de serviços deverão ter em conta o preconizado nas cláusulas técnicas, que constituem a parte II do presente Caderno de Encargos, que discriminam os serviços a executar e a metodologia a adotar, nas diversas etapas ou fases do processo.

3 – O presente procedimento assume a classificação CPV, sendo que ao vocabulário principal corresponde o código 71322000-1 Serviços de conceção técnica para a construção de obras de engenharia civil.

**Cláusula 2.<sup>a</sup>**

**Preço Base**

O preço base, o montante máximo que esta entidade adjudicante se dispõe pagar pela execução de todas as prestações que constituem o objeto do contrato, é de € 3.240,00 (três mil duzentos e quarenta euros), sem inclusão do IVA à taxa legal em vigor e teve na sua definição preços para prestações de serviços de natureza similar.

**Cláusula 3.<sup>a</sup>**

**Contrato**

1 – O contrato será celebrado por escrito.

2 – O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.

3 – O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:

a) Os suprimientos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelo concorrente, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;

b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;

c) O presente Caderno de Encargos;

d) A proposta adjudicada;

e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.

4 – Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.

5 – Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 3 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.

#### **Cláusula 4.ª**

##### **Prazo**

O contrato tem duração de 2 (dois) meses.

#### **CAPÍTULO II**

##### **Obrigações contratuais**

##### **Secção I**

##### **Obrigações do prestador de serviços**

##### **Subsecção I**

##### **Disposições gerais**

#### **Cláusula 5.ª**

##### **Obrigações Principais do Prestador de Serviços**

1 – Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o prestador de serviços as seguintes obrigações principais:

a) Obrigação de prestação dos serviços identificados na sua proposta, de acordo com as requisições externas emitidas;

b) Obrigação de garantia dos serviços prestados;

c) Obrigação de continuidade de prestação dos serviços, para efeitos nomeadamente de monitorização de qualidade.

2 – De acordo com o número precedente e cláusula 6.ª deste Caderno de Encargos, o prestador de serviços na realização das fases do contrato, fica obrigado a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à prestação dos serviços, bem como ao estabelecimento do sistema de organização, necessários à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.

3 – O prestador de serviços obriga-se a garantir que os projetos a desenvolver no âmbito das suas obrigações contratuais observam todas as normas legais e regulamentares aplicáveis, designadamente, as constantes dos regimes jurídicos, bem como toda a demais

legislação aplicável, garantindo a conformidade com as exigências das entidades externas e o licenciamento junto das entidades se e quando exigível.

#### **Cláusula 6.<sup>a</sup>**

##### **Prestação de Serviços**

Os serviços, objeto do contrato, comportam as fases descritas e devidamente pormenorizadas na parte II do Caderno de Encargos, quanto às suas características, especificações e requisitos técnicos previstos no mapa de quantidades.

#### **Cláusula 7.<sup>a</sup>**

##### **Conformidade e Operacionalidade dos Serviços**

O prestador de serviços obriga-se a prestar ao Município de Carregal do Sal os serviços objeto do contrato com as características, especificações e requisitos técnicos previstos na parte II e no mapa de quantidades do presente Caderno de Encargos, que dele faz parte integrante.

#### **Cláusula 8.<sup>a</sup>**

##### **Local da Prestação de Serviços do Contrato**

Os serviços objeto do contrato devem ser prestados nas instalações do contraente público e nas instalações do adjudicatário, incluindo deslocações e reuniões, sempre que necessário.

#### **Cláusula 9.<sup>a</sup>**

##### **Forma de Prestação dos Serviços do Contrato**

1 – Para o acompanhamento da execução do contrato, o prestador de serviços fica obrigado a manter, com periodicidade a estabelecer entre as partes outorgantes, reuniões de trabalho e coordenação, das quais deve ser lavrada ata a assinar por todos os intervenientes na reunião.

2 – As reuniões previstas no número anterior terão como base uma ordem de trabalhos que será do conhecimento prévio dos intervenientes.

3 – O prestador de serviços fica também obrigado a apresentar à entidade adjudicante, sempre que solicitado, toda a informação atinente à verificação e acompanhamento dos trabalhos e tarefas necessários ao cumprimento do contrato e qualquer documento que a entidade adjudicante considere pertinente no âmbito do normal acompanhamento dos trabalhos.

4 – Todos os relatórios e demais documentos elaborados pelo prestador de serviços devem ser integralmente redigidos em português.

#### **Cláusula 10.<sup>a</sup>**

##### **Prazo da Prestação dos Serviços**

O prazo para a prestação de serviços é de 4 (quatro) meses, e tem início após a adjudicação.

#### **Cláusula 11.<sup>a</sup>**

##### **Garantia Técnica (não aplicável)**

O prestador de serviços fica sujeito, com as devidas adaptações e no que se refere aos elementos entregues à Câmara Municipal de Carregal do Sal em execução do contrato, às exigências legais, obrigações do fornecedor e prazos respetivos aplicáveis aos contratos de aquisição de bens móveis, nos termos do Código dos Contratos Públicos e demais legislação aplicável.

#### **Cláusula 12.<sup>a</sup>**

##### **Garantia de Continuidade da Prestação de Serviços (não aplicável)**

O prestador fica obrigado a assegurar a continuidade da prestação de serviços, imprescindíveis ao desenvolvimento das fases do projeto.

#### **Subsecção II**

##### **Dever de sigilo**

#### **Cláusula 13.<sup>a</sup>**

##### **Serviços de Assessoria**

O prestador fica obrigado a prestar serviços de assessoria, nos termos do disposto neste Caderno de Encargos.

#### **Subsecção III**

##### **Dever de sigilo**

#### **Cláusula 14.<sup>a</sup>**

##### **Objeto do Dever de Sigilo**

1 – O prestador de serviços deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à Câmara Municipal, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.

2 – A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.

3 – Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo prestador de serviços ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

#### **Cláusula 15.<sup>a</sup>**

##### **Prazo do Dever de Sigilo**

O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de dois anos a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

#### **Secção II**

##### **Obrigações da Câmara Municipal de Carregal do Sal**

#### **Cláusula 16.<sup>a</sup>**

##### **Gestão do Contrato**

A entidade adjudicante designará um gestor do contrato que terá por incumbência, entre outras, assegurar as relações correntes entre a entidade adjudicante e ao prestador de serviços, no âmbito da execução do contrato.

#### **Cláusula 17.<sup>a</sup>**

##### **Preço Contratual**

1 – Pela prestação de serviços objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, a Câmara Municipal de Carregal do Sal deve pagar ao prestador o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.

2 – O valor referido na cláusula 2.<sup>a</sup> do presente Caderno de Encargos, inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público, como sejam, quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.

3 – O preço a que se refere o n.º 1, será apresentado pelo prestador, através da emissão de fatura.

4 – Não haverá lugar a revisão de preços, durante a vigência do contrato.

#### **Cláusula 18.<sup>a</sup>**

##### **Condições de Pagamento**

1 – As quantias devidas pela Câmara Municipal nos termos das cláusulas anteriores, devem ser pagas tendo em conta as disposições do artigo 299.º do C.C.P., no prazo nele estipulado ou noutro que venha a ser estabelecido no contrato.

2 – Em caso de discordância por parte da Câmara Municipal de Carregal do Sal, quanto aos valores indicados nas faturas, deve este comunicar ao prestador, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando este obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.



3 – O pagamento de honorários será efetuado, nos seguintes termos:

a) Mensalmente com o valor fixo de €1.620,00 (mil seiscientos e vinte euros) até ao término do contrato.

4 – Desde que devidamente emitidas e observado o disposto no n.º 1, as faturas são pagas através de transferência bancária, cheque ou outro meio julgado adequado e conveniente.

### **CAPÍTULO III**

#### **Penalidades Contratuais e Resolução**

##### **Cláusula 19.<sup>a</sup>**

##### **Penalidades contratuais**

1 – Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, a Câmara Municipal de Carregal do Sal, pode exigir do prestador de serviços o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, ou seja, pelo incumprimento do prazo de conclusão dos serviços superior a 1 (um) dia e por cada dia de atraso – 1% (um por cento) do valor do contrato.

2 – Se o incumprimento for devido à verificação de erros graves ou omissões, o quantitativo da indemnização não excederá o valor da fase ou das fases em que aqueles se produziram.

3 – Por qualquer outro incumprimento a indemnização não excederá o quantitativo correspondente a 15% (quinze por cento) dos honorários vincendos.

4 – Na determinação da gravidade do incumprimento, a entidade adjudicante tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do prestador de serviços e as consequências do incumprimento.

5 – Nas situações enquadráveis no número anterior, de acordo com o disposto no n.º 2 do artigo 308.º do CCP, e atento o preceituado na alínea c) do n.º 2 do artigo 307.º do CCP, deverá ser assegurado ao prestador de serviços o direito de audiência prévia, tal como regulado no Código do Procedimento Administrativo, relativamente à intenção de aplicação da sanção.

6 – A entidade adjudicante pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as penas pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.

7 – As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que a entidade adjudicante exija uma indemnização pelo dano excedente.

##### **Cláusula 20.<sup>a</sup>**

##### **Força Maior**

1 – Não podem ser impostas penalidades ao fornecedor, nem é havido como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das

partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.

2 – Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.

3 – Não constituem força maior, designadamente:

a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do prestador de serviços, na parte em que intervenham;

b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do prestador ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;

c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo prestador de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;

d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo prestador de normas legais;

e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do prestador cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;

f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do prestador de serviços não devidas a sabotagem;

g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

4 – A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.

5 – A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

#### **Cláusula 21.<sup>a</sup>**

##### **Resolução por Parte do Contraente Público**

1 – Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na lei, a Câmara Municipal de Carregal do Sal pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso

de o prestador violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, designadamente nos seguintes casos:

a) Pelo atraso na conclusão dos serviços ou na entrega dos elementos referentes a cada fase do contrato superior a 15 (quinze) dias ou perante declaração escrita do prestador de serviços de que o atraso respetivo excede esse prazo;

b) Pela verificação de erros graves, negligência ou omissões, imputáveis ao prestador de serviços.

2 – O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao prestador de serviços e não determina a repetição das prestações já realizadas.

#### **Cláusula 22.<sup>a</sup>**

##### **Resolução por parte do Prestador de Serviços**

1 – Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o prestador pode resolver o contrato quando:

a) Qualquer montante que lhe seja devido esteja em dívida há mais de noventa dias, ou o montante da dívida exceda 20% (vinte por cento) do preço contratual, excluindo juros;

b) Pela verificação da impossibilidade de cumprimento de alguma das cláusulas contratuais por parte da entidade adjudicante de que possa resultar grave prejuízo ou dano para os seus direitos e legítimas expetativas;

c) Se se verificar a suspensão da eficácia do contrato por período superior a 60 (sessenta) dias, por causa não imputável ao prestador de serviços;

d) Se, por facto que não lhe seja imputável, não se verificar a aprovação de qualquer fase contratada no prazo correspondente ao dobro do fixado para a verificação daquele ato;

2 – Nos casos previstos na alínea a) do n.º 1 da presente cláusula, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração enviada à entidade adjudicante, que produz efeitos 30 (trinta) dias após a receção dessa declaração, salvo se esta última cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.

4 – A resolução do contrato nos termos dos números anteriores não determina a repetição das prestações já realizadas pelo prestador de serviços, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato, com exceção daquelas a que se refere o artigo 444.º do Código dos Contratos Públicos.

#### **CAPÍTULO IV**

##### **Seguros e Caução**

#### **Cláusula 23.<sup>a</sup>**

##### **Caução**

Não é exigível a caução, sem embargo por parte do prestador de serviços do cumprimento rigoroso de todas as obrigações contratuais, assistindo ao Município a faculdade de retenção até 10% (dez por cento) do valor dos pagamentos, sempre que o considerar conveniente, bem como a aplicação das penalidades previstas na cláusula 19.<sup>a</sup> deste Caderno de Encargos.

#### **Cláusula 24.<sup>a</sup>**

##### **Seguros**

1 – É da responsabilidade do prestador a cobertura, através de contratos de seguro, dos riscos julgados adequados e convenientes, designadamente:

- a. Responsabilidade civil, que cubra todos os danos e prejuízos causados durante a prestação de serviços;
- b. Seguro de acidentes de trabalho de todo o pessoal afeto à prestação de serviços;
- c. Outros que sejam necessários pela respetiva lei regulamentadora.

2 – A Câmara Municipal de Carregal do Sal pode, sempre que entender conveniente, exigir prova documental da celebração dos contratos de seguro referidos no número anterior, devendo o prestador fornecê-la no prazo de dois dias.

### **CAPÍTULO V**

#### **Resolução de Litígios**

##### **Cláusula 25.<sup>a</sup>**

##### **Foro Competente**

1 – Qualquer litígio ou diferendo entre as partes relativamente à interpretação ou execução do contrato, que não seja consensualmente resolvido no prazo máximo de 30 dias, será decidido por recurso ao Tribunal Administrativo e Fiscal de Viseu, com expressa renúncia a qualquer outro.

2 – É aplicável o disposto no Código de Processo dos Tribunais Administrativos e demais legislação em vigor.

### **CAPÍTULO VI**

#### **Disposições Finais**

##### **Cláusula 26.<sup>a</sup>**

##### **Subcontratação e Cessão da Posição Contratual**

1 – A subcontratação pelo prestador e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da Câmara Municipal de Carregal do Sal, nos termos do artigo 316.º e seguintes do Código dos Contratos Públicos.

2 – Para os efeitos previstos no número anterior, o prestador deverá apresentar requerimento fundamentado e juntar ao pedido toda a documentação do subcontratado/cessionário exigida no procedimento, bem como os documentos exigidos na adjudicação ao abrigo do disposto nos artigos 55.º e 81.º do Código dos Contratos Públicos.

#### **Cláusula 27.ª**

##### **Comunicações e Notificações**

1 – Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.

2 – Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

#### **Cláusula 28.ª**

##### **Contagem dos Prazos**

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

#### **Cláusula 29.ª**

##### **Regime Contraordenacional**

Sem prejuízo das sanções constantes do presente Caderno de Encargos, constituem contraordenações muito graves as previstas no artigo 456.º, contraordenações graves, as previstas no artigo 457.º e contraordenações simples as previstas no artigo 458.º do Código dos Contratos Públicos.

#### **Cláusula 30.ª**

##### **Prevalência**

1 – Fazem parte do contrato a celebrar, o presente Caderno de Encargos, o convite, a proposta do adjudicatário.

2 – Em caso de dúvidas prevalece em primeiro lugar o texto do contrato, seguidamente o Caderno de Encargos e o convite e em último lugar a proposta do adjudicatário.

#### **Cláusula 31.ª**

##### **Legislação Aplicável**

O contrato é regulado pela legislação portuguesa, nomeadamente as disposições contidas no Código dos Contratos Públicos.

**PARTE II**  
**Cláusulas técnicas**  
**Cláusula 32.<sup>a</sup>**  
**Mapa de Quantidades**

<b>Código</b>	<b>Designação</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Preço</b>
<b>1</b>	<b>Aquisição de serviços de Engenharia Civil para execução e controlo de obras públicas</b>	<b>1</b>	

O Presidente da Câmara,

Paulo Jorge Catalino de Almeida Ferraz